

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

RELATÓRIO FINAL DO III CONAD

Brasília, 23 a 25 de outubro de 1981

Lista de presença

Reunião das Fund. Federais

Nome	AD	Função
Malena Talayer Torino	ADUA	Delegada
Lenalda Andrade Santos	ADUFS-Se	Delegada
José Modesto dos Passos Sobrinho	ADUFS-Se	Observador
Anamaria Tambellini	ADFOC	Delegada
Edson Pereira do Nascimento		
João Bento de Oliveira Filho	ADUFU	Observador
Heleny A. Minas	ADUnB	Observador
Plínio Veloso Vianna	ADUFU	Observador
Getúlio Dornelles Larratéa	ADUFPEL	Delegado
Decio Rodrigues de Oliveira	APROFURG	Delegado
Sadi Dal Rosso	ADUnB	Delegado
Oswaldo B. Duarte Filho	ADUFSCAR	Delegado
Luiz de Carvalho	ADUFPI	Delegado
Arlindo dos Santos Raposo		
Laís Maretti Cardia	ADUFAC	

DOCUMENTO SÍNTESE DAS DISCUSSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO DO I ENCONTRO NACIONAL DE DOCENTES DA ÁREA DE SAÚDE.

1. O Problema Sanitário e o Ensino em Saúde

A questão sanitária não é apenas uma questão técnica que possa ser resolvida a partir de propostas isoladas de um contexto mais amplo, ou seja, da participação dos diversos setores envolvidos no problema, sobretudo os usuários.

A Universidade encontra-se limitada pelo Estado – através dos seus estatutos e regimentos – a uma ação puramente repetitiva de conhecimentos, devendo as ADs considerar a luta pela Democratização do Poder nas Universidades Brasileiras, uma prioridade.

Todos os profissionais do setor saúde devem estar organizados com vista a uma atuação junto à população, articulados aos movimentos organizativos e representativos dos interesses populares.

2. A integração Docente Assistencial e os Hospitais Universitários

A questão dos HU e dos programas de IDA não podem ser discutidos de forma abstrata e sim devem se referir à situação que estes Hospitais e Programas ocupam hoje concretamente no interior do Sistema de Saúde do País.

A partir de 1974, a Previdência Social, enfrentando uma situação de crise crescente na área da Assistência Médica, passou a procurar, cada vez mais, uma articulação com outras instituições públicas do setor saúde (Ministério da Saúde, Secretarias da Saúde e os Hospitais Universitários) através da realização com estes órgãos dos chamados convênios que se caracterizam pelo fato de não serem pagos por Unidades de Serviço (US), como ocorre com os chamados “contratos” e “credenciamento” feitos com o setor privado.

Em relação aos HU, o marco inicial deste processo é o celebração naquele ano do Convênio MEC-MPAS.

Isto ocorre porque, já naquela época, a Previdência vivia uma situação de impasse. Não podia continuar crescendo e expandindo seus serviços através dos “contratos” com o setor privado, em função dos altos custos deste setor; nem podia optar pela outra alternativa que se apresentava, que era a expansão do seu setor próprio, uma vez que essa alternativa era fortemente combatida e obstaculizada pelas pressões do setor privado.

Surgiu então uma terceira alternativa, que era a de articulação com as demais instituições públicas (entre elas as universidades) através dos “convênios”, utilizando-se da capacidade ociosa existentes nestas instituições.

Pode-se perceber assim que o surgimento dos “convênios” se dá, originalmente, para responder a problemas e necessidades da assistência médica.

O importante é que, a partir daí, os HU e os Projetos de IDA possam, através da articulação com a Previdência, a inserir-se na estrutura “real” do Sistema de Saúde do país, cobrindo parte de cada vez mais considerável das ações de saúde à nível de nº de consultas, de internações, etc., em contraste com a situação anterior, em que estes Hospitais e Programas se situavam mais ou menos à margem do Sistema.

Seu funcionamento passa a ser efetivamente “docente-assistencial” não apenas no sentido tradicional, ou seja, de que a docência na área de saúde sempre exige algum tipo de assistência, Mas num sentido novo, de que o aparelho formador de recursos humanos passa a ser ao mesmo tempo uma parte quantitativamente importante do sistema de prestação de ações de saúde e que em contrapartida este sistema participa sistematicamente da formação.

Esta nova situação, que se coloca no período, para os HU e os Projetos de IDA exige que se repense algumas questões, apresentadas a seguir.

3. As novas exigências do Ensino na área de Saúde

Com a nova realidade, rompe-se o caráter mais ou menos artificial dos antigos HU, restritos ao atendimento de indigentes, tendendo à seleção de patologias raras, à pouca rotatividade de pacientes, às longas internações, etc. Rompe-se também o caráter de “laboratório demonstrativo” da metodologia de ensino na área de saúde.

Abra-se a possibilidade de grandes transformações no caráter do ensino e do tipo de profissional formado.

Mas essa possibilidade não se realiza automaticamente; é preciso repensar a docência, os métodos pedagógicos, as técnicas de ensino sem que o HU e os Programas de IDA vão se restringir a responder à questão posta inicialmente pela previdência, ou seja: prestar serviços.

4. Os Docentes e a Política de Saúde

Os HU devem ser estruturas ligadas técnicas e administrativamente à Universidade e, por seus objetivos pedagógicos, não devem ter fins lucrativos. Como vimos, os HU correspondem, na atualidade a um sub-setor recente do “complexo Previdenciário” necessitando, portanto, organizarem-se na defesa dos interesses efetivos dos docentes, funcionários, alunos e usuários desse sub-setor.

Um dos caminhos apontados neste sentido é o de formação de grupos de pressão tais como a Federação Brasileira de Hospitais e Associação Brasileira de Medicina de Grupo, apontando assim para a constituição de uma Associação Nacional de Hospitais Universitários.

Outra perspectiva é a de articulação com os movimentos representativos organizativos da população com vistas a interferir na própria formulação de uma Política Nacional de Saúde.

A médio prazo destaca-se a necessidade de uma intervenção a nível dos docentes do setor no CONASP (Conselho Nacional de Administração de Saúde Previdenciária), através de indicação de um representante dos docentes na área de saúde.

5. Processo de trabalho na Integração Docente Assistencial

Como vimos os HU e a IDA compõem o Sistema formador de Recursos Humanos para a área de saúde e também representam parte considerável das ações de saúde.

As atividades assistenciais vêm crescendo ultimamente e os Hospitais e Programas têm que cumprir um volume considerável de produção. Isso é conseguido através do trabalho dos alunos e dos docentes.

Nas discussões que se seguiram entendeu-se de um lado que a realização de tarefas assistenciais e o desempenho de atividades de ensino caracterizariam uma “dupla função”. Por outro lado, viu-se que o ensino de saúde pressupõe necessariamente uma prática assistencial o que em última análise caracteriza tal assistência como atividade de ensino.

É necessário ressaltar que por docentes devemos entender todos os profissionais envolvidos nos programas docentes assistenciais.

Se entendermos a existência de uma “dupla função” isto remete à proposta de uma “dupla remuneração” caracterizada por um “duplo vínculo” com os órgãos de serviços e de formação profissionais do setor.

Por outro lado, a caracterização da prática assistencial dos docentes como atividade de ensino, remete à proposta de incorporação desta atividade na carga horária de ensino dos docentes assim como demanda a participação dos profissionais do setor de serviços em funções pedagógicas.

Estas questões não se colocam apenas para os docentes da área de saúde, mas também para todos aqueles envolvidos em atividades de integração com prestação de serviços.

Em função dos impasses a questão deverá ser rediscutida, à nível das AD para que se caracterize a nível nacional uma tomada de posição consensual.

Propõe-se ainda a formação de uma Comissão de Saúde da ANDES com a finalidade de elaborar estudos sobre os pontos aqui abordados, devendo tal comissão ser escolhida neste I Encontro Nacional de Docentes da Área de Saúde.

6. COMISSÃO NACIONAL DE SAÚDE

- 1 – Anamaria Tambellini Arouca (RJ)
- 2 – João Batista Magro Filho (MG)
- 3 – João Ferreira Filho (RJ)
- 4 – Edinilda (Brasília) Fone: 273.4286
- 5 – Maria Auxiliadora Córdova Christófaro (MG)
- 6 – Maria Elida Santos Souza (RN)
- 7 – Nelcivone Soares de Melo (GO)
- 8 – Paulo Augusto de Lima Pontes (SP)
- 9 – Mara Regina de Oliveira (RS)
- 10 – Tizuko Miyagui (RJ)

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DAS AUTARQUIAS

1 – Propostas das AD com base no documento resposta da SESU/MEC as nossas reivindicações.

- CAMPINA GRANDE: assembleia de 150 professores. Deliberaram greve por tempo indeterminado com início a ser fixado pelo CONAD desde que dê tempo para realização de assembleias e desencadear o processo de organização. Elaborar documento de resposta ao MEC e se possível, que a greve fosse anunciada numa reunião conjunta dos 3 setores do movimento.

- FEDERAL DE PERNAMBUCO: assembleia com 150 professores. Propõe uma semana de mobilização entre 8 a 13 com perspectiva de greve.

- JOÃO PESSOA: assembleia com 150 professores. Semana de mobilização apontando para a greve.

- CAJAZEIRAS: existe pré-disposição e entende ser viável a greve por tempo indeterminado.

- RURAL DE PERNAMBUCO: não possuía o documento do MEC contra a greve agora. Estudam a possibilidade de greve para março de 1982.

- R. G. DO NORTE: assembleia com 120 professores. Propõe a paralisação de um dia para avaliar as propostas do CONAD.

- FEDERAL DE GOIÁS: assembleia com 135 professores. Propõe intensificar negociações em 10 a 15 dias e só depois pensar em greve.

- FEDERAL DA BAHIA: assembleia com 250 professores. Propõe a greve imediata com data de início a ser definida no CONAD. Constituir um comando de greve para assessorar a diretoria da ANDES. Critica a redação do documento encaminhado ao MEC.

- R. G. DO SUL: propõe greve por tempo indeterminado, alteração da pauta na questão dos colaboradores considerando que a UFRGS ainda não procedeu ao enquadramento definitivo.

- FEDERAL DE SANTA CATARINA: assembleia com 150 professores. Propõe um dia de paralisação para avaliação das propostas do CONAD.

- PAULISTA DE MEDICINA: assembleia com 150 professores. Pressionar sem audiência com o MEC. Critica a pauta de reivindicações (extensa, difícil de ser trabalhada e negociada).

- FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: assembleia com 180 professores. Propõe uma realização em 4 e 5 de novembro que decidiram sob a forma de greve no dia 6 após reunião nacional no dia 5. Compor uma comissão salarial para trabalho com parlamentares.

- FEDERAL DE MINAS GERAIS: assembleia com 200 professores. Buscar audiência até o dia 30/10 paralisando no dia da audiência e depois acena-se com perspectivas da greve nacional.

- FEDERAL DE JUIZ DE FORA: assembleia com 100 professores. Esperar até o dia 30/10 e caso não haja negociações em andamento entrar em greve.

- FEDERAL DO ESPIRITO SANTO: não a greve no momento, mas acompanha o movimento nacional. Propõe encaminhamento de uma resposta ao MEC. Assembleia com 88 professores.

- FEDERAL DE ALAGOAS: assembleia com 130 professores. A Universidade ainda esta se mobilizando; não a greve, mas acompanha o movimento nacional, enquanto isso tentar outras formas alternativas de pressão

- FEDERAL DO CEARÁ: assembleia com 80 professores. Propõe uma resposta desaforada ao MEC e esperar até o dia 3/11 para receber a ANDES em audiência depois avaliação da proposta do MEC e decide-se sobre a greve.

- CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ: assembleia com 47 professores. Propõe a greve nacional e que a ANDES elabore um projeto alternativo de universidade.

- FEDERAL DO PARÁ: assembleia com 150 professores. Já encontra-se em greve por suplementação de verbas para a UFPA e propõe a greve nacional.

- FEDERAL DE SANTA MARIA: não a greve no momento, acompanha movimento nacional.

- FEDERAL DO PARANÁ: assembleia com 80 professores. Propõe gestões junto ao MEC para que este conceda audiência para ANDES para abertura de negociações. Critica o aspecto genérico da pauta de reivindicações pois omite questões políticas.

- FEDERAL FLUMINENSE: assembleia com 80 professores. Propõe paralisação – nos dias 3, 4 e 5/11 onde dia 4 se faria reunião nacional das AD para deliberar sobre o encaminhamento do movimento.
- AGRICULTURA DE MOSSORÓ: propõe greve nacional já.

2 – AVALIAÇÃO POLÍTICA E FORMAS DE LUTA:

- a proposta do MEC de transformação das autarquias em fundações é nitidamente divisionista, assim como suas lideranças.
- a resposta do MEC já foi dada! Deste modo devemos decidir se estamos encaminhando para a greve ou não. Vamos ou não à greve?
- a expectativa é que se terá uma entrevista com o movimento digo, ministro no dia 29, e não negociação.
- o MEC só cederá diante de uma greve. A greve é a única alternativa.
- o documento do MEC é um desrespeito aos docentes. Intensificar com estudantes uma luta comum.
- através da audiência prometida pode parecer ao público em geral que irão se abrir negociações.
- temos que apontar em direção a uma luta concreta.
- integrar o movimento com outros setores da universidade.

CRONOGRAMA DE LUTA APROVADO

- reposição salarial de 45% a partir de março de 81;
- reajuste semestral em setembro de 81, totalizando, com a reposição de 45% e 105% de reajuste em setembro;
- enquadramento imediato e equânime dos docentes admitidos após 31/12/79, discriminados pelo Decreto bem como a eliminação de outras distorções da carreira;
- reajuste semestral para as autarquias federais e estaduais;
- a exclusão das IES fundações da Lei 6.733 e o envio ao Congresso Nacional do projeto de carreira para estas universidades;
- estabilidade no emprego durante o ano letivo para os docentes das IES particulares;
- ensino público e gratuito para todos;
- ampliação do percentual do orçamento federal destinado à educação para 12%;
- democratização e autonomia da universidade, questão salarial e de enquadramento dos professores das Universidades Federais Autárquica;

FORAM 14 VOTOS A FAVOR, 2 CONTRA E 4 ABSTENÇÕES

As Universidades Federais Autárquicas, reunidas durante o III CONAD – Brasília 23, 24 e 25/10, avaliando o movimento dos docentes decide encaminhar o seguinte documento ou seja cronograma de luta:

- dias 30/10 e 31/11 assembleias gerais em todas as AD autárquicas para avaliar o resultado da audiência da ANDES com o MEC (29/10 – 15 horas) se deliberar sobre a proposta do III CONAD de deflagração de uma greve nacional a partir do dia 5/11, caso as nossas reivindicações não sejam atendidas de forma satisfatória.

- dia 4/11 reunião de AD federais autárquicas com a diretoria da ANDES para avaliar as respostas das assembleias do dia anterior e propor as formas de encaminhamento do movimento.

- o III CONAD reitera a posição do Movimento Docente Nacional contrária a transformação das autarquias em fundações não aceitando portanto qualquer negociação que tenha por base esta transformação ou qualquer outra que implique nas mesmas consequências. UNANIMIDADE.

RECOMENDAÇÕES:

- reiteramos às AD para que assumam na prática o movimento junto com outros setores do funcionalismo público.

- intensificar articulação com os estudantes.

- que a ANDES e CONAD elaborem documento a ser enviado ao MEC, mostrando que vários setores da comunidade acadêmica pronunciaram ser favorável ao enquadramento dos discriminados (por ex.: CRUB, vários CONSEPE, reitores, etc...) cópias dos documentos que apresentam a posição destes setores.

- ANDES, CONAD fazer questões junto ao Congresso e a Presidência da República no sentido de agilizar a votação do projeto Kalume.

- que se de encaminhamento ao mandado de segurança dos colaboradores 80.

- que a questão dos discriminados (especialmente sobre os colaboradores de 80) devem ser colocados no contexto das questões gerais dos professores prejudicados pelo enquadramento, de forma a não se privilegiar algumas categorias em detrimento de outros.

- que este CONAD expresse a sua apreensão quanto ao patrocínio do encontro de Reitores pela Embaixada Americana e pelo CASE e sobre as decorrências deste. (o que pode até levar a um caminho para fundação).

ADENDOS:

- que a diretoria da ANDES – obter os cots./informações que foram levados a reunião do CRUB.

Brasília, 25 de outubro de 1981.

PROPOSTAS

CAMPINA GRANDE (assembleia de 150 professores) greve por tempo indeterminado.

FEDERAL DE PERNAMBUCO (150 professores) semana de mobilização aprontando para a greve.

JOÃO PESSOA (150 professores) semana de mobilização aprontando para a greve.

CAJAZEIRAS – greve por tempo indeterminado.

RURAL DE PERNAMBUCO – contra greve agora, só em março.

R. G. DO NORTE (120 professores) Paralisação de um dia

FEDERAL DE GOIÁS (130 professores) intensificar negociações em 10 ou 15 dias e só depois greve.

FEDERAL BAHIA (250 professores) greve imediata

FEDERAL DO R. G. DO SUL – greve por tempo indeterminado

FEDERAL DE SANTA CATARINA – um dia de paralisação para discutir CONAD.

PAULISTA DE MEDICINA – pressionada pela audiência.

FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – (180 professores) paralisação em 4 e 5 de novembro que continuaria sob forma de greve no dia 6 após reunião nacional no dia 5.

FEDERAL DE MINAS GERAIS – esperar dia 30 e entrar em greve.

FEDERAL DO ESPIRITO SANTO – ACOMPANHA DECISÃO DO CONAD.

FEDERAL ALAGOAS (130 professores) Idem Espírito Santo.

FEDERAL DO CEARÁ (80 professores) dar resposta desesperada ao MEC e esperar até dia 3/11.

ADFCAP – (47 professores) greve por tempo indeterminado.

FEDERAL DO PARÁ (150 professores) greve por tempo indeterminado.

FEDERAL DE SANTA MARIA – não greve no momento, acompanha a decisão do CONAD.

FEDERAL DO PARANÁ (80 professores) retomada imediata de negociação.

FEDERAL FLUMINENSE (40 professores) paralisação 3, 4 e 5/11.

BSB, DF. 23 de outubro de 1981.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DAS AUTARQUIAS

1 – Propostas da AD com base no documento resposta da SESU/MEC às nossas reivindicações.

- CAMPINA GRANDE: assembleia de 150 professores. Deliberaram greve por tempo indeterminado com início a ser fixado pelo CONAD desde que dê tempo para realização de assembleias e desencadear o processo de organização. Elaborar documento de resposta ao MEC e se possível, que a greve fosse enunciada numa reunião dos três setores do movimento.

- FEDERAL DE PERNAMBUCO: assembleia com 150 professores. Propõe uma semana de mobilização entre 8 a 13 com perspectiva de greve

- CAJAZEIRAS: existe pré-disposição e entende ser viável a greve por tempo indeterminado.

- RURAL DE PERNAMBUCO: não possuía o documento do MEC contra a greve agora. Estudam a possibilidade de greve para março de 1982.

- R. G. DO NORTE: assembleia com 120 professores. Propõe a paralisação de um dia para avaliar as propostas do CONAD.

- FEDERAL DE GOIÁS: assembleia com 135 professores. Propõe intensificar as negociações em 10 a 15 dias e só depois pensar em greve.

- FEDERAL DA BAHIA: assembleia com 250 professores. Propõe a greve imediata com data de início a ser definida no CONAD. Constituir um comando de greve para assessorar a diretoria da ANDES. Critica a redação do documento encaminhado ao MEC.

- R. G. DO SUL: propõe greve por tempo indeterminado, alteração da pauta na questão dos colaboradores considerando que a UFRGS ainda não procedeu ao enquadramento definitivo.

- FEDERAL DE SANTA CATARINA: assembleia com 150 professores. Propõe um dia de paralisação para avaliação das propostas do CONAD.

- PAULISTA DE MEDICINA: assembleia com 150 professores. Pressionar sem audiência com o MEC. Critica a pauta de reivindicações. (Extensa, difícil de ser trabalhada e negociada).

- FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: assembleia com 180 professores. Paralisação nos dias 4 e 5. Assembleia no dia 4 para decidir sobre continuidade do movimento, discutindo a transformação da paralisação de 2 dias numa greve. Propõe reunião nacional dia 5 das Autarquias para avaliar o movimento, discutir formas de continuidade de luta e deliberar sobre a greve.

- FEDERAL DE MINAS GERAIS: assembleia com 200 professores. Buscar audiência até o dia 30/10 paralisando no dia da audiência e depois acena-se com perspectivas de greve nacional.

- FEDERAL DE JUIZ DE FORA: assembleia com 100 professores. Esperar até o dia 30/10 e caso não haja negociações em andamento entrar em greve.

- FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: não a greve no momento, nas acompanha o movimento nacional. Propõe encaminhamento de uma resposta ao MEC. Assembleia com 80 professores.

- FEDERAL DE ALAGOAS: assembleia com 130 professores. A universidade ainda está se mobilizando, não a greve, mas acompanha o movimento nacional, enquanto isso tentar outras formas alternativas de pressão.

- FEDERAL DO CEARÁ: assembleia com 80 professores. Propõe uma resposta desaforada ao MEC e esperar até o dia 3/11 para receber o ANDES em audiência e depois avaliação da proposta do MEC e decide-se sobre a greve.

- CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ: assembleia com 47 professores. Propõe a greve nacional e que a ANDES elabore um projeto alternativo de universidade.

- FEDERAL DO PARÁ: assembleia com 150 professores. Já encontra-se em greve por suplementação de verbas para a UFPA e propõe a greve nacional.

- FEDERAL DE SANTA MARIA: não greve no momento, acompanha movimento nacional.

- FEDERAL DO PARANÁ: assembleia com 80 professores. Deliberou por Assembleia no dia 4/11 para decidir sobre a greve nacional.

- FEDERAL FLUMINENSE: assembleia com 80 professores. Propõe paralisação nos dias 3, 4 e 5/11 onde no dia 4 se faria reunião nacional das ADs para deliberar sobre o encaminhamento do movimento.

- ADE-ITAJUBÁ: declaração de voto. Em assembleia, por unanimidade, foi aprovada a posição contrária a paralisação, bem como solicitado o estudo de modificações estruturais da EFEI, que solucionem o problema salarial, de imediato.

- AGRICULTURA DE MOSSORÓ: propõe greve nacional já.

2 – AVALIAÇÃO POLÍTICA E FORMAS DE LUTA

- a proposta do MEC de transformação das autarquias em fundações é nitidamente divisionista, assim como suas lideranças;

- a resposta do MEC já foi dada! Desde modo devemos decidir se estamos encaminhando para a greve ou não. Vamos ou não à greve?

- a expectativa é que se terá uma entrevista com o Ministro, no dia 29, e não negociação;

- o MEC só cederá diante de uma greve. A greve é a única alternativa.

- o documento do MEC é um desrespeito aos docentes. Intensificar com estudantes uma luta comum;

- através da audiência prometida pode parecer ao público em geral que irão se abrir negociações;

- temos que apontar em direção a uma luta concreta;

- integrar o movimento com outros setores da Universidade.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

- reposição salarial de 45% a partir de março de 81;

- reajuste semestral em setembro de 81, totalizando, com a reposição de 45% e 105% de reajuste de setembro;

- enquadramento imediato e equânime dos docentes admitidos após 31/12/79, discriminados pelo Decreto bem como a eliminação de outras distorções de carreira;

- reajuste semestral para as autarquias federais e estaduais;

- a exclusão das IES fundações da Lei 6.733 e o envio ao Congresso Nacional do projeto de carreira para estas Universidades;

- estabilidade no emprego durante o ano letivo para os docentes das IES particulares ;

- ensino público e gratuito para todos;

- ampliação do percentual do orçamento federal destinado à educação para 12%;
- democratização e autonomia da universidade, questão salarial e de enquadramento dos professores das Universidades Federais Autárquicas.

FORAM 14 VOTOS A FAVOR, 2 CONTRA E 4 ABSTENÇÕES.

As Universidades Federais Autárquicas reunida durante o III CONAD – Brasília 23, 24 e 25/10, avaliando o movimento dos docentes decide encaminhar o seguinte documento ou seja, cronograma de luta:

- dia 30/10: assembleias gerais em todas as AD autárquicas para avaliar o resultado da audiência da ANDES com o MEC (29/10 – 15 horas) se deliberar sobre a proposta do III CONAD de deflagração de uma greve nacional a partir do dia 5/11, caso as nossas reivindicações não sejam atendidas de forma satisfatória;
- 4/11 às 14:00 horas em Brasília – reunião das AD federais autárquicas com a diretoria da ANDES para avaliar as respostas das assembleias do dia anterior e propor as formas de encaminhamento do movimento;
- o III CONAD reitera a posição do Movimento Docente contrária à transformação das autarquias em fundações não aceitando portanto qualquer negociação que tenha por base esta transformação ou qualquer outra que implique nas mesmas consequências. UNANIMIDADE.

RECOMENDAÇÕES:

- reiteramos as ADs para que assumam na prática o movimento junto com outros seres do funcionalismo.
- Intensificar articulação com os estudantes;
- que a ANDES e CONAD elaborem documento a ser enviado ao MEC, mostrando que vários setores da comunidade acadêmica pronunciaram-se favorável ao enquadramento discriminado (por ex: CRUB, vários CONSEPE, reitores, etc...) cópias dos documentos que apresentam a posição destes setores;
- ANDES, CONAD – fazer gestões junto ao CONGRESSO e a Presidência da República no sentido de agilizar a votação do projeto Kalume;
- que se dê encaminhamento ao mandado de segurança dos colaboradores/80;
- que a gestão dos discriminados (especialmente sobre os colaboradores/80). Devem ser colocados no contexto das questões gerais dos professores prejudicados pelo enquadramento, de forma a não se privilegiar em detrimento de outros;

- que este CONAD expresse a sua apreensão quanto do encontro de Reitores pela Embaixada Americana e pelo CASE e sobre as decorrências deste (o que pode até levar a um caminho para fundação).

A D E N D O S:

- que a diretoria da ANDES – obter os cots./ informações que foram levadas à reunião do CRUB.

D.F., 25 de outubro de 1981.

RELATÓRIO DAS IES ESTADUAIS

1 – Estiveram presentes as seguintes AD:

- ADUNICAMP
- ADUNESP
- ADUEM
- ADHUEL
- ADUEL

2 – Feito o relato da situação das AD ficou claro:

2.1 – A incipiente participação das AD estaduais na ANDES com pequena participação das AD fora do eixo SP-PR. E mesmo nesse eixo uma importante AD como a ADUSP praticamente não participou no movimento desde o Congresso de Campinas.

2.2 – A crescente necessidade de luta pela democratização da universidade. No Paraná a repressão é legalizada, isto é, está contemplada nos próprios estatutos e regimentos. Em SP, em particular, a repressão se acentuou com a intervenção da UNICAMP.

3 – Foram a partir daí elaborada duas propostas básicas:

3.1 – Organização de um Encontro Nacional das AD estaduais a ser realizado na 1ª semana de dezembro em Maringá-PR.

3.2 – Sobre a intervenção na UNICAMP:

I – Considerando que a intervenção na UNICAMP significa uma clara tentativa do regime de frear a luta pela democratização da universidade;

II – Considerando que a experiência da UNICAMP é inédita e expressa o esforço de democratização que o movimento docente tem empreendido a nível nacional;

III – Considerando que o processo vivido na UNICAMP tem condições concretas de efetivação, se eliminada a intervenção;

IV – Considerando que a resistência dos colegas da UNICAMP já conseguiu algumas estórias sobre a intervenção;

V – Considerando que o apoio real do movimento nacional aos colegas da UNICAMP pode contribuir efetivamente para a vitória total de democracia na Universidade de Campinas;

O III CONAD aprova:

a – Um dia nacional de luta contra a intervenção na UNICAMP e pela democratização da Universidade a ser realizado no dia 29/10;

b – A formação de uma comissão de ANDES para ir a Campinas onde junto com a ADUNICAMP e a VICE-REGIONAL manifestaria ao Reitor da UNICAMP o repúdio do movimento nacional dos docentes. Esse encontro deverá ser feito no dia 26.

c – Reunião da Regional Paulista, em Campinas, no dia 26, para preparar o dia nacional de luta;

d – Leitura, no dia nacional de luta, em todas as salas de aula das universidades cujas AD estavam presentes ao III CONAD, de um documento sobre a intervenção na UNICAMP;

e – Durante a audiência com o MEC a intervenção na UNICAMP deverá ser enfatizada como a demonstração prática de que o Ministério tem mistificado ao afirmar que “estimula a consulta às comunidades acadêmicas”;

f – Inclusão do dia nacional de luta contra a intervenção na UNICAMP na programação do Movimento dos Docentes.

BsB., 24 de outubro de 1981

RELATÓRIO DAS FUNDAÇÕES

Proposta para a Continuidade do Movimento

1 – Intensificação da coleta de assinaturas do abaixo-assinado pela exclusão das Universidades da Lei 6.733. Entrega dos abaixo-assinados ao Ministro na audiência do dia 29/10.

2 – Realização de um Dia de Mobilização nas IES Fundações Federais. Em data a ser marcada pelo III CONAD, que coincida com a programação do Movimento nas Autarquias Federais, as AD das IES Fundações Federais, realização de um Dia de Mobilização com o seguinte objetivo:

1. Protestar pelo não atendimento pelo governo das reivindicações dos docentes das Fundações Federais.
2. Apoiar as formas de luta implementadas pelo movimento nacional dos docentes.

Nesse dia, em todas as AD serão realizadas Assembleias, com paralisação das atividades onde for possível, durante todo o dia, para discussão dos seguintes pontos:

- formas de ação para a conquista das reivindicações;
- questões trabalhistas e sindicais;
- questões do projeto de carreira relativas ao enquadramento.

Também nesse dia, propõe-se a organização de outras atividades como debates, manifestações públicas, etc... sobre temas de interesse dos docentes das Fundações Federais.

ADUFSCAR (São Carlos)

ADFOC (Oswaldo Cruz)

ADUnB (Brasília)

ADUA (Amazonas)

ADUFS (Sergipe)

APROFURG (Rio Grande)

ADUFPEL (Pelotas)

APRUMA (Maranhão)

APROVADA POR UNANIMIDADE NA PLENÁRIA DO III CONAD.

RELATÓRIO FINAL – AD IES PARTICULARES

III CONAD (Aprovado por unanimidade)

I – RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE CARREIRA

A questão de uma carreira docente em IES particulares passa necessariamente pela discussão inicial da atual política educacional e seus determinantes.

A política econômica apresentada no Brasil, sobretudo a partir de meados da década de sessenta, aponta para uma estratégia desenvolvimentista com a modernização de diversos setores econômicos.

No campo do ensino a educação superior passa a ser compreendida como uma finalidade em si próprio, constituindo-se como bem a ser produzido e comercializado em um mercado de títulos anteriormente contido por seleção rígida no acesso à IES.

Por outro lado a ideologia educacional apresentava o próprio progresso social, o mundo com o aumento da qualidade de vida, como algo dependente da capacitação de alguns bem dotados.

Esse panorama se concretiza com a desobrigação progressiva de investimentos por parte do Estado com o setor educacional, legitimando a presença progressiva do setor privado sob formas jurídicas de fundações, instituições e associações. As IES privadas estruturam-se de forma empresarial levando a uma mudança profunda nas relações de trabalho concernentes aos docentes nessas instituições. Assim, o professor universitário deixa de ser um trabalhador indireto, prestador de serviços ligados à Consolidação do Poder Estatal e passa a constituir-se, enquanto trabalhador direto, produtor de um bem: o ensino universitário, fonte de expropriação e também de capitalização das entidades mantenedoras, que são na prática organismos parasitários dos lucros dessas IES particulares.

Dentro do quadro específico do setor educacional superior privado temos, no momento, a recente reestruturação da carreira docente nas IES autárquicas federais, trazendo temas novos para o conjunto do ensino universitário. No bojo dessa reforma das autarquias surgem as Comissões Permanentes da Carreira Docente – CPPD e a reivindicação de sua eleição pelos próprios docentes.

Dentro dos objetivos traçados pelo movimento dos docentes liberados pela ANDES achamos fundamental a transformação do atual espaço universitário como um local de reprodução democrática. Nesse sentido qualquer plano de carreira deve atentar a uma valorização mais adequada do próprio docente no interior das próprias IES.

Assim, os pontos fundamentais levantados no III CONAD sobre a crise da educação e ensino privado foram:

- 1) Na maioria das IES particulares a carreira docente significa apenas uma diferenciação salarial;
- 2) Na maioria das IES particulares não há de fato promoção dos docentes;
- 3) As experiências de luta em algumas IES particulares, demonstram que a questão da carreira docente representa uma efetiva democratização da estrutura universitária.

Para isso é necessário que as propostas de planos de carreira docente atentem para que não sejam uma reedição do velho sistema de privilégios, hierarquizando e centralizando os cargos em mãos de uns poucos; não deve também ser reduzida a um efeito de proporcionar critérios para atribuição de cargos de direção; deve implicar responsabilidades definidas a serem assumidas pelos docentes, nos vários níveis de carreira, propondo-se portanto tarefas e funções a serem desempenhadas pelos docentes nos respectivos níveis, para cumprir adequadamente a função de estimular o docente à efetiva participação na vida universitária; a carreira docente deve ser regulada por critérios amplos e não excludentes que levem em conta a vida profissional do docente como um todo abarcando prioritariamente a titulação acadêmica, a produção científica (publicações, seminários, pesquisas, etc) tempo de dedicação a serviço na instituição e o desempenho em cargos diretivos na estrutura universitária.

Para tanto consideramos que os pontos principais quanto à carreira docente são os que se seguem, devendo ocorrer em âmbito nacional nos locais de trabalho dos docentes, uma efetiva discussão que leve a um posicionamento quanto a estes aspectos fundamentais:

- 1) A contratação por regime de trabalho contínuo, fixando-se percentuais de contratos, desta forma, em cada unidade ou departamento de ensino;
- 2) A democratização da tomada de decisões no que diz respeito ao recrutamento, seleção e promoção de docentes;
- 3) A conscientização de que um plano de carreira está vinculado a toda uma realidade que inclui:
 - a) a estabilidade no emprego
 - b) as campanhas salariais
 - c) a participação nas lutas sindicais
 - d) a democratização das atuais estruturas universitárias.

II – RELATÓRIO SOBRE DESEMPREGO – ESTABILIDADE E ACORDOS INTERNOS DE TRABALHO.

A evolução da situação econômica da rede privada de ensino, com o previsível agravamento da evasão escolar ocasionada pela incapacidade da população estudantil em acompanhar as taxas de reajuste de mensalidade, e com a intenção declarada pelo MEC e por algumas entidades mantenedoras –

de reverter a tendência ao crescimento quantitativo, faz prever que o processo de redução do número de professores e/ou de carga horária global que já se verifica em alguns pontos do país se estenderá a toda a rede.

A partir desta avaliação e após a apresentação e o debate das propostas resolveram:

a) enfatizar a necessidade de um especial momento de empenho da ANDES, através da diretoria e das AD em incentivar a criação e o fortalecimento de organizações por local de trabalho (comissões pró-AD e AD) dos professores da rede particular;

b) denunciar a deterioração progressiva das condições de exercício profissional do magistério, que se manifesta na contratação por regime hora-aula, nos grandes números de alunos por turma, em verdadeiras situações de subemprego configuradas pelos contratos por número irrisório de horas-aulas, e nas “demissões-brancas” que são as reduções de carga horária e salário. Essa deterioração das condições de trabalho é um dos componentes determinantes da precariedade que hoje caracteriza a qualidade do ensino ministrado;

c) denunciar vigorosamente a demissão arbitrária e irregular do ponto de vista legal de oitenta e dois professores, pela Escola de Engenharia Veiga de Almeida, do Rio de Janeiro;

d) propor a deflagração pela ANDES de uma campanha nacional contra o desemprego, promovida e centralizada por esta e pelas AD e buscar a participação dos Sindicatos de Professores.

Essa campanha terá como eixo de luta:

- a estabilidade, por um ano para os docentes e diretoria da AD;
- não redução de carga horária e /ou de salário;
- contratação por regime de tempo contínuo em oposição ao contrato hora-aula;
- o fortalecimento da organização no local de trabalho como base de movimento de docentes.

A campanha deverá contar com um cartaz da divulgação nacional além de um texto de análise apresentado pela ANDES para o debate dos professores da rede privada de ensino, e deverá ser deflagrada ainda este semestre, de forma a minimizar os efeitos ou a amplitude das demissões que usualmente ocorrem no período de recesso escolar.

A campanha deverá ser coordenada pela ANDES através de sua diretoria e de uma comissão de AD.

e) recomendar ao Grupo de Trabalho de Política Educacional da ANDES, que o segundo número do Caderno de Debates, tenha como tema o Ensino Privado no Brasil;

f) considerando a dupla penalização dos professores pela lei salarial e contradições entre a regulamentação profissional da Lei nº 6.708, da CLT, estudar junto aos sindicatos de professores a viabilidade de ação judicial para modificar a base de cálculo para enquadramento nas faixas de reajuste salarial (a questão das 240 horas);

g) estimular a realização de acordos de Trabalho Internos entre AD e IES no sentido de assegurar melhorias salariais e trabalhistas, tais como: estabilidade por um ano, irredutibilidade salarial, adicional no turno de 20%, contrato em regime de tempo contínuo e indeterminado estabilidade para a diretoria da AD etc...

h) encaminhamento de um projeto de lei que assegure estabilidade por um ano, para os docentes, e para os direitos da AD (semelhante a estabilidade dos dirigentes sindicais). Caso o projeto de lei já existente responda as exigências apresentadas deverá ser amplamente divulgado e aprovado pela ANDES e AD.

III – VERBAS PÚBLICAS E ENSINO PARTICULAR:

Considerando os avanços recentes na discussão sobre esta problemática, que tem sido bastante polêmica no movimento nacional de docentes. As AD e IES particulares, encaminham a sugestão de se aprofundar o debate e recomendam que as diversas AD procurem sistematizar suas contribuições e divulgá-las para estimular a polêmica a nível nacional.

IV AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES DA REDE PARTICULAR NO MOVIMENTO NACIONAL:

a) A AD e IES particulares reivindicam um novo compromisso das AD da rede pública em assumir o difícil trabalho de estimular, organizar a participação dos docentes da rede particular;

b) Ampliar a participação de AD particulares na composição de diretores da ANDES e um maior compromisso do conjunto da diretoria com as lutas e necessidades dos docentes da rede oficial;

c) Ampla divulgação deste relatório e demais deliberações do III CONAD junto aos docentes da rede particular, mesmo onde ainda não haja um movimento organizado de docentes, no sentido de estimular o debate, participação, organização e luta destes docentes.

d) Definição pelas Regionais da ANDES de um Plano de Trabalho para estimular a organização e participação dos docentes da rede particular

incluindo uma campanha financeira para assegurar a participação de delegados e observadores no II Congresso Nacional dos Docentes.

e) Encaminha ao 1º CNDU a necessidade de se garantir a pontualidade de filiação direta, via as Regionais, de docentes de escolas onde ainda não haja condição de constituição de AD.

V – AD e SINDICATO DOS PROFESSORES:

As AD presente ao III CONAD, reafirmam a posição definida em CONAD anteriores de estimular o trabalho de sindicalização e o fortalecimento e democratização dos SINPRO.

Bem como, contribuir na luta contra a atual estrutura sindical e a criação da CUT.

Brasília, 24 de outubro de 1981.

RESOLUÇÃO DO III CONAD - MOBILIZAÇÃO E GREVE

- É FUNDAMENTAL a divulgação das lutas através de todos canais de imprensa.
- dia 25 – entrevista coletiva da diretoria da ANDES a imprensa.
- comissão de mobilização composta pela diretoria da ANDES e demais AD interessadas
- ida da comissão de mobilização ao congresso, distribuição de nota (panfleto) na terça-feira quando da apreciação do pacote da previdência pelo congresso.
- que asa AD o trabalho de ampliação de base da criação do movimento (imprensa, estudantes, funcionários, etc...)
- assembleia das AD nos dias 30/10 e 3/11 para deliberar sobre deflagração de greve no dia 5/11.
- reunião nacional das AD dia 4 às 14 horas em Brasília, caso seja apontada a greve nacional.
- comando de greve será composto da diretoria da ANDES mais delegados das AD em greve.
- cada AD em greve tem direito a um voto, a diretoria como um todo tem direito a um só voto (de minerva).
- os representantes das AD junto ao comando de greve deverão ser escolhidos em assembleia de docentes (não apenas sócios).
- cada AD deverá constituir um fundo de greve.
- o financiamento das despesas dos delegados serão de responsabilidade das AD.
- quando for possível cada AD deverá contribuir uma cota fixa proporcional ao nº de professores – 50,00 Cr\$.
- o comando de greve terá como local a cidade de Brasília.
- as AD devem providenciar durante esta semana toda infra-estrutura para recepção dos informes do encontro com o ministro (telefone a disposição, lista de telefones, plantão permanente, telex, etc...)

Brasília, 24 de outubro de 1981.

NOTA A SER LIDA NO DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A INTERVENÇÃO NA UNICAMP E PELA DEMOCRATIZAÇÃO DE UNIVERSIDADE

A UNICAMP atravessa hoje o seu momento mais negro. A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e a Reitoria da Universidade, de comum acordo, decretaram uma intervenção na universidade e demitiram 14 funcionários.

Tal ato constitui a maior violência praticada na universidade brasileira e tem a finalidade declarada de barrar o processo de democratização geral de universidade.

Hoje lutar pela democracia no local de trabalho é condição fundamental para a democratização geral da sociedade. E foi nesse sentido que a ADUNICAMP – Associação dos Docentes da UNICAMP – a ASVUC – Associação dos Servidores da UNICAMP e o DCE encaminharam a luta pela democracia.

Hoje pela intervenção, pela demissão de funcionários, pela destituição dos direitos de unidade, tenta-se quebrar não apenas o avanço democrático mas também as associações representativas dos trabalhadores na Universidade.

Lutar hoje contra a intervenção é lutar pela manutenção da liberdade de organização e expressão.

Lutar hoje contra a intervenção é luta contra as tentativas repressivas da política educacional do governo.

Lutar hoje contra a intervenção é impedir a destruição da reflexão inteligente no país.

Lutar hoje contra a intervenção é lutar,

Pela readmissão dos funcionários demitidos,

Pela reintegração dos diretores,

Pela manifestação livre e soberana dos funcionários, alunos e professores.

Brasília, 24 de outubro de 1981.

III CONAD – UF GOIÁS - ADUFG

RESPOSTA DO MOVIMENTO NACIONAL DOS DOCENTES AO OFÍCIO Nº 509/81 – GAB/SESU MEC

Neste momento, apresenta-se como de fundamental importância para os docentes universitários brasileiros entender, por um lado, as questões básicas que se colocam para o movimento e, por outro lado, avaliar, concretamente e corretamente como o MEC vem tratando a questão das reivindicações do movimento.

De um lado, portanto, está a Política Educacional do governo, em perfeita sintonia com o modelo econômico vigente, que vem apontando com cada vez maior clareza para a privatização do Ensino Superior como solução para os problemas da Universidade Brasileira.

O documento-resposta do MEC às reivindicações do Movimento Nacional dos Docentes reflete integralmente este posicionamento. Ao defender a instauração do ensino pago nas universidades públicas como uma forma de arrecadar fundos e de promover uma suposta “justiça distributiva”; ao recolocar a proposta de transformação de autarquias em fundação, alegando a maior flexibilidade desta última em termos administrativos, de carreira e salariais; e por fim, ao postular a manutenção dos serviços das instituições particulares, “subsidiando-as, na medida possível, do que chegar ao ponto de ter que perdê-las ou estatizá-las, com custos bem mais altos”. Isto implica claramente num crescente descompromisso do poder público para com o Ensino Superior.

Ao lado desta política privatizante, vem a defesa de um modelo empresarial para as Instituições do Ensino Superior onde a estabilidade no emprego seja substituída pela competição no mercado, onde cada universidade se adapte às condições locais, tornando-se mais atraentes a investimentos, onde a carreira e o quadro salarial se ajustem às condições específicas.

Essa política concede às fundações universitárias uma pretensa autonomia, que resulta em conferir uma gama de poderes à reitoria das fundações, dantes não conferida a qualquer instituição educacional. O elevadíssimo poder de descrição, concentrado na administração central das fundações, na verdade, constitui numa caricatura da autonomia universitária que os professores buscam.

As consequências desta política, tais como perda de estabilidade, fragmentação da carreira a nível nacional, implantação de ensino pago, extinção do Ensino Superior Público, transformação das universidades em empresas, determinação dos objetivos da universidade pelos interesses empresariais, sejam nacionais ou estrangeiros, em detrimento dos interesses da população brasileiras, são inaceitáveis para o conjunto do movimento nacional dos docentes, pois representam um ataque frontal a cada uma das reivindicações de nosso movimento.

É importante notar, no entanto, que a política educacional do Governo expressa neste documento e em outros, nada mais é que a explicitação a nível de educação, do modelo econômico vigente, que faz com que o Estado interfira diretamente na área social, ou seja, previdência, saúde, habitação, etc., reproduzindo o modelo concentrador e beneficiando os interesses empresariais em detrimento do serviço prestado à população.

É contra este pano de fundo que o MEC joga todas as reivindicações do Movimento Docente. Pretende responder a nossa reivindicação de ensino público e gratuito para todos, com a falsa contraposição de I e II contra III grau, ao tempo em que exige dos municípios que arquem com o custo do ensino básico, quando sabemos que a própria União é responsável pelo empobrecimento do município devido a mecanismos de arrecadação. Esta falsa dicotomia é mais uma tentativa do MEC em colocar um setor do movimento dos professores contra o outro, e toda essa proposta de justiça redistributiva.

Na realidade reflete apenas a implementação da política econômica do governo na área da educação que procura uma saída para a crise, pelo caminho da recessão e, na verdade, procura apenas desobrigar o MEC e o Ensino Superior Público.

Ao responder as reivindicações salariais dos professores das autarquias federais, claramente acena com a transformação em fundação, como forma de resolução para todos as questões salariais, ao mesmo tempo que acena com a possibilidade de rediscussão da lei 6.733/79. Ou seja, prepara-se a armadilha em troca de sua estabilidade, sua autonomia de pesquisa, sua carreira unificada, sua consciência, o professor autárquico receberia o salário e uma fundação talvez excluída do âmbito da lei 6.733/79 mas com todas as características empresariais já descritas.

Dentro da mesma linha, o MEC considera a não existência de uma carreira única a nível das Fundações, uma conquista, e nega-se a encaminhar as reivindicações dos docentes de fundações, sob a argumentação que isto feriria a autonomia universitária. E ao mesmo tempo afirma que tem estimulado o processo de consultas não convencionais às bases acadêmicas, com o sentido de democratizar as decisões, esquece que o próprio Ministério é responsável pela intervenção, que fere diretamente a autonomia universitária, no Centro de Humanas da UFPB-JP e da brutal intervenção na UNICAMP, cuja responsabilidade indireta não pode se eximir.

É dentro deste quadro que procuramos entender o comportamento do MEC frente às repetidas tentativas da ANDES em iniciar negociações. A tática tem sido sempre protelação, de respostas evasivas, de comunicar decisões, seja pela imprensa, por ofício ou informalmente, mas “nunca foram realmente iniciadas negociações concretas”.

No nosso entender, isto reflete ao autoritarismo vigente no país, ao qual nós nos opomos veementemente.

Reafirmamos a intenção dos docentes em iniciar negociações diretas e concretas imediatamente, para que possamos ver atendidas nossas reivindicações.

No entanto, queremos negociar todas as nossas reivindicações, não aceitando portanto que os colaboradores, visitantes, auxiliares de ensino de 1980 e outros discriminados pelo projeto de carreira, sejam postos de lado por uma decisão unilateral e antidemocrática do MEC. A nossa reivindicação de enquadramento equânime e imediato é clara e entendemos que a postura do MEC tem por objetivo tentar dividir o movimento docente ao discriminar mais uma vez os colegas em questão, utilizando-se da argumentação que setores da comunidade acadêmica, não especificados, nem em número nem em grau, são contra o enquadramento que propomos. Ora, a posição da comunidade acadêmica se expressa através de suas entidades e estas têm se pronunciado inequivocadamente em defesa da reivindicação do movimento nacional dos docentes.

Finalmente, reafirmamos a posição do Movimento Nacional dos Docentes contrária à transformação de autarquias em fundação, lembrando que toda a comunidade acadêmica já se pronunciou do mesmo modo, por intermédio de suas entidades, UNE, FASUBRA e CRUB. Ao mesmo tempo, repudiamos veementemente a reedição de um MECUSAID, que agora, mediante reuniões do CRUB patrocínio a participação da Fundação CASE – o que nos causa estranheza e preocupação – visem tornar viável a transformação da Universidade Brasileira em uma empresa rentável e atraente aos investimentos, tanto nacionais como estrangeiros.

PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO PARA TODOS!

Brasília, 25 de outubro de 1981.

MOÇÃO DE APREENSÃO QUANTO À REUNIÃO DO CRUB REALIZADA SOB OS AUSPÍCIOS DO CASE.

As Associações de Docentes reunidas em Brasília nos dias 23, 24 e 25 do corrente, durante o III CONAD, vêm a público manifestar sua profunda estranheza em relação aos temas tratados durante a reunião do CRUB realizada entre os dias 21 e 23, em especial quando sabedores do seu patrocínio pela Embaixada dos EE.UU., sob os auspícios do CASE.

As AD reunidas neste Conselho consideram que os docentes das universidades autárquicas atravessam um período crucial na sua luta, ou seja a necessidade de reposição salarial de 45%, o reajuste semestral, o enquadramento correto dos professores discriminados como Auxiliares I, entre outros pontos. E é exatamente nesse momento, inclusive a sombra do corte orçamentário de 30% no montante de verbas para a educação, que o CRUB realiza uma reunião cujo patrocínio e os temas tratados (temas de captação de recursos, p.ex.), passam para os professores como indicadores da possível importação de um modelo, a semelhança do acordo MEC-USAID, que aponta para a transformação das universidades autárquicas em fundações, privatização do ensino público, e outros temas já reiteradamente rejeitadas pela comunidade, por lesivas e comprometedoras aos seus interesses e da sociedade brasileira em geral.

MOÇÃO DE APOIO À DIRETORIA DA ADUFSCAR

As Associações de Docentes de Ensino Superior, presentes na terceira reunião do Conselho Nacional de Associações de Docentes, realizada em Brasília, dias 23 a 25 de outubro de 1981, vem a público manifestar sua mais ampla solidariedade ao presidente e vice-presidente da ADUFSCAR e outros dirigentes de entidades, ameaçados de enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

A ANDES, reafirmando seus princípios pelo direito à livre expressão, manifestação e organização, denuncia que a ameaça de enquadramento se deve à firme posição dos docentes de São Carlos de apoiar e participar do movimento popular realizado na cidade contra a prefeitura e a empresa concessionária de transportes coletivos que vem há muito tempo prejudicando o povo são-carlense com péssimos serviços e tarifas extorsivas.

Reafirmam o propósito manifesto pelas entidades coordenadoras do movimento e pelo ovo de São Carlos no sentido de que todos os processos sejam anulados.

Brasília, 25 de outubro de 1981.

MOÇÃO DE PROTESTO

As AD presentes ao terceiro CONAD realizado de 23 a 25 de outubro em Brasília, vem a público manifestar seu repúdio à atitude da SUDEPE, de tentar interferir nos assuntos internos da Universidade Federal Rural de Pernambuco, ao condicionar a continuidade da manutenção do convênio SUDEPE-VERPE em relação à escola de PESCA de Tamandaré à substituição do executor do referido convênio. Vem por outro lado manifestar seu apoio à comunidade discente, docente e reitoria da UFRPE pela posição corajosa assumida neste caso na defesa dos interesses da comunidade acadêmica.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO MOVIMENTO NACIONAL DOS DOCENTES

Conforme já divulgado pela Diretoria da ANDES, o MEC continua tratando com descaso o corpo docente das Instituições de Ensino Superior. Optou o Ministério em responder à categoria impessoalmente, através de um documento, onde reafirma as suas tradicionalmente equivocadas posições, não contemplando favoravelmente, nenhuma das justas reivindicações da categoria.

Este documento, na linha daquele apresentado à comunidade, em março deste ano, por ocasião da resposta à UNE, reafirma a intenção quanto ao ensino, tenta provar que não é só o estado responsável pelas verbas da universidades, enaltece a importância das empresas particulares na manutenção do ensino superior posicionando-se frontalmente contra a posição do movimento, na medida em que assinala que é preferível gastar menos verbas para subsidiá-las do que ter que estatizá-las.

Mas não são somente estes pontos que refletem a filosofia privatizante e conseqüente de desobrigação do governo quanto à educação. Na perspectiva de resposta às reivindicações dos companheiros das Autarquias Federais, quanto à reposição salarial e ao reajuste semestral, procura o MEC justificar que a inflexibilidade da estrutura autárquica é a responsável pela situação, necessitando-se portanto de uma estrutura jurídica mais flexível para que os salários como a carreira possam ser facilmente alterados.

Retoma assim o MEC, a questão da transformação das Universidade autárquicas em Fundacionais. Isto fica mais evidente quando o documento aponta pelo reexame da lei 6.730 - sem explicitar objetivamente como e quando - e sem fundamentação considera que a não estruturação de uma carreira docente das Fundações Federais é uma conquista, já que permitem à estas universidade utilizar (entenda-se manipular) a carreira, da forma que melhor que lhe aprouver. Maior desfaçatez ainda é à posição de que uma carreira única, em sua estrutura fundamental, a tenta contra a autonomia das Fundações, universidades, estas que por conta do poder do Conselho de Curadores e do refinamento autoritário representado pela lei 6733, não gozam de nenhuma autonomia, a não ser a de buscar mais verbas para desobrigar o governo.

É com indignação que constatamos a demagogia do Ministério em informar que o MEC tem estimulado as IES no sentido de recorrerem a mecanismos não convencionais de consulta às bases acadêmicas. Nos parece claro que as intervenções no Centro de Humanas da UFPB, diretamente efetivada pelo atual Ministro e as recentes ocorridas na UNICAMP, dentre tantas outras, desmascaram esta posição.

E apesar de reconhecer a sub-remuneração dos docentes das particulares, não propõe nada de concreto, recusando abertamente a reivindicação de estabilidade de emprego durante o ano letivo, sem considerar as especificidades da carreira docente e de sua sazonalidade.

Mesmo que breve e até insuficiente, esta análise sobre a resposta do MEC revela claramente a perspectiva de condicionar o atendimento de algumas das reivindicações do movimento, especialmente as das autarquias, à proposta de transformação das autarquias em fundações, conforme já em maio o Ministro da Educação havia feito saber à Diretoria da ANDES.

O movimento dos Docentes a nível Nacional já se manifestou claramente contra esta transformação, inclusive com elaboração pelo II CONAD de Salvador de um documento fundamentado, amplamente divulgado pela Imprensa e de conhecimento do MEC. Esta posição coincide com as posições da UNE, FASUBRA e CRUB, configurando a oposição da Comunidade acadêmica a tal projeto.

Considerando a resposta aparentemente evasiva do MEC e a avaliação preliminar dos resultados das assembleias, a nível nacional e considerando que há fortes indícios que o MEC tenta recolocar a proposta de transformação de Autarquias em Fundações como forma de atendimento das reivindicações dos docentes das Autarquias, propomos:

1 – Reafirmar as reivindicações das Autarquias, ou seja,

1.1 – Reposição salarial de 45% a partir de março de 1981 e reajuste semestral a partir de setembro de 1981 que acumulados refletem um reajuste de 105% a partir de setembro de 1981.

1.2 – Enquadramento imediato e equânime dos docentes admitidos após 31/12/79, discriminados pelo Decreto, bem como a eliminação de outras distorções da carreira.

1.3 – Ampliação do percentual do orçamento federal destinado à Educação para 12%.

Ao mesmo tempo em que reafirmamos a posição do movimento nacional dos docentes contrária a proposta de transformação de autarquias em fundações.

2 – Reafirmar as reivindicações do Movimento Nacional Docente.

2.1 – Ensino Público e gratuito para todos.

2.2 – Democratização e autonomia da Universidade

2.3 – A Exclusão das IES Fundações Federais de lei 6.733 e o envio ao Congresso Nacional do Projeto de Carreira para estas universidades.

2.4 Estabilidade no emprego durante o ano letivo para os docentes das IES particulares

Reafirmar que a ANDES repudia a protelação sistemática do início das negociações por parte do MEC, apesar dos esforços enviados pela ANDES em iniciá-las desde maio passado e intensificados a partir do dia 29 próximo passado. Além disto não reconhecemos a troca de ofícios ou a emissão de declarações a imprensa como diálogo, mas sim como mais uma forma de imposição autoritária de opiniões.

Brasília, 24 de outubro de 1981

À

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Companheiros,

Neste momento histórico, para nós, integrantes dos 17 (dezesete) sindicatos de Petróleo, em todo o Brasil, e representando um total de 45.000 (quarenta e cinco mil) associados, queremos lhes trazer através o presente documento a palavra amiga e de apoio à vossa luta.

O importante e o que nos anima, como Entidades Sindicais, é saber, que a vossa associação procura de forma bem organizada obter melhores condições de trabalho e a conseqüente valorização desta mão-de-obra, para nós, especializada.

Prossigam que nós sempre estaremos ao vosso lado,

SINDIPETROS DO BRASIL

José Pinto de Souza Filho

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1981

As AD

Prezados Colegas,

Encaminho em anexo as atas das reuniões do CONAD nos dias 23 e 24/10. A ata do dia 25/10 ficou a cargo da 2ª Secretária que providenciará seu envio (Esta ata inclui as resoluções sobre o Congresso e as moções).

Esclareço que os relatórios dos grupos de trabalho foram entregues aos delegados para levarem às suas AD diretamente.

Atenciosamente,

L. PINGUELLY ROSA
Secretário Geral da ANDES

CONAD

Sessão – 23/10 – início: 14h30

Composta a mesa: Prof. Maciel, Pinguelli, Rubens e Representantes da ADUnB e SINPRO – Brasília.

Aberta a sessão com a questão do credenciamento dos delegados. Examinados os problemas das AD de Campina Grande e da Federal de Pernambuco. Aprovado o credenciamento dessas universidades.

Foi dado informe das providências das reivindicações, em particular das federais autárquicas. Falaram os professores Marco Antônio, Pinguelli, Agamenon, Maciel e Flávio.

O Prof. Marco Antônio narrou as tentativas feitas para obter audiência com o Ministro por ele e por Mindé, encarregados disso pela diretoria. Explicou que no dia 15 o prof. Maciel veio a Brasília conforme fora determinado mas não foi conseguida a audiência.

No dia 16 o documento foi finalmente entregue pelo De La Senta e pelo porta-voz do MEC aos professores Pinguelli, Marco Antônio, Tomaz, Sadi (ADUnB) e Ericksson (ADUFRJ) que estavam em Brasília aguardando o documento.

Os Profs. Pinguelli e Maciel complementaram.

O Prof. Agamenon informou seu contato com o Ministro em Fortaleza.

O Prof. Flávio informou sua visita ao MEC na manhã de 23/10, com o prof. Pinguelli, na qual recebeu a notícia de que haveria um informe do Porta-Voz do Ministro sobre nossas reivindicações no mesmo dia às 18h.

O Prof. Aloísio da PUC-SP propôs que se redigisse uma moção de apoio aos colegas da UNICAMP para ser iniciada imediatamente. Aprovado.

Foi feito um resumo da diretoria do ANDES das propostas das universidades.

O Prof. Edmundo fez um relato da gravíssima situação da UNICAMP.

Em seguida foi aprovada a pauta da reunião.

Foi decidida a ida de uma comissão da diretoria e do plenário ao MEC na hora do informe que será dado em respostas às nossas reivindicações após votação com 20 votos a favor, 14 contra e 2 abstenções.

Foram dados informes de São Carlos.

Foi lida a avaliação do movimento feita pela diretoria.

2. Preocupação com informações de que o Governo lançaria um pacote para a transformação de servidores públicos contratados sob regime de CLT em estatutários, cuja previsão era 23 de outubro e que não teria se concretizado devido enfermidade do presidente.

3. Preocupação com a reunião do CRUB realizada em Brasília no fim de semana, patrocinada pela Fundação CASE e Embaixada Americana sendo sugerido um posicionamento.

II – A AD de Itajubá também registrou a posição de sua Assembleia, ou seja:

1. Ainda não é o momento propor greve
2. A AD aprovou moção de Congregação concernente à reestruturação institucional da Escola com o objetivo de melhoria salarial de professores e funcionários, sem definir o tipo de organização.

Com relação aos destaques foi solicitada a inclusão no relatório a reiteração da pauta de reivindicações.

Foi encaminhada recomendação às AD e ao Grupo de Trabalho sobre Política Educacional no sentido de reestudar a bandeira referente aos 12% do orçamento federal para educação desde que o Governo através da SEPLAN, por exemplo, manipula recursos para o setor e tenta mostrar que na prática a educação está contemplada com percentuais aproximados de 12%. Sugere que talvez se deva utilizar um percentual sobre o Produto Interno Bruto. Que esta questão seja levada ao Congresso.

A seguir foram aprovadas propostas de aditivos ao relatório e recomendações:

1. Que seja incluída nos anais do III CONAD o programa do Encontro do CRUB em Brasília.

2. Que a ANDES, após audiência com o Ministro informe às AD não apenas este resultado, mas também aquelas que o MEC repassar à Imprensa, desde que poderá haver tentativa de confundir o movimento com informações contraditórias.

3. Seja delegado à diretoria da ANDES a tarefa de coletar todo o material referente à reunião do CRUB patrocinada pela Fundação CASE e Embaixada Americana, com o objetivo de um pronunciamento melhor fundamentado.

4. Considerando a estratégia do MEC no sentido de dividir o movimento, o CONAD delibera que somente a diretoria da ANDES faça declarações à imprensa.

5. Que seja analisado pela ANDES acerca da proposta de formação de Fundações de Apoio Universitário, juntamente com a análise do encontro do CRUB.

2.4 – Relatório do Grupo de Trabalho das AD Estaduais.

Após apresentação do relatório e aberta a discussão dói aprovada a proposta de encaminhamento dos problemas das AD Estaduais, em especial ao problema da UNICAMP, apresentada pelo Grupo com alguns aditivos e que constam do anexo.

3. Os relatórios dos grupos foram datilografados, reproduzidos e distribuídos aos delegados.

ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO
ENSINO SUPERIOR

SEDE PROVISÓRIA: APUFSC - CAMPUS UNIVERSITÁRIO
TRINDADE - 88.000 - FLORIANÓPOLIS - S.C.
FONE (0482) 33-2844

OF. Circ. 010/81 - 1 SC

São Carlos, 30 de setembro de 1.981.

DA: ANDES

PARA: AD's e Diretores

ASSUNTO: ANTECIPAÇÃO DO 3º CONAD

Companheiros,

Conforme informado no Ofício Circular nº 02/VPRCO de 28/09/81, enviado a todas as ADs pelo Vice Presidente Regional Centro Oeste - Prof. Marco Antonio Leite - coube à Diretoria da ANDES, em função do cronograma de atividades do movimento sugerido pelas ADs Autárquicas e assumido pela Diretoria, a decisão sobre a realização do 3º CONAD.

Na referida circular foi informado (item 6 do Plano de Atividades) sobre a necessidade de haver uma reunião em Brasília dia 23/10, para decidir sobre as formas de luta, em função das propostas formuladas pelas Assembléias das ADs. Esta data, indicada pelas ADs Autárquicas, justifica-se pela necessidade de se decidir, ainda em outubro, sobre a possibilidade da deflagração de uma greve nacional, para atendimento de nossas reivindicações. Foi ponderado, com justa razão no nosso entendimento, que em função do grau de mobilização já existente, principalmente nas IES Federais Autárquicas, não se poderia protelar a decisão para a data originalmente aprovada pelo 2º CONAD, a saber: 1 e 2/11 em São Luis, por ocasião do 3º CONAD.

Tendo isso em conta e considerando:

- 1) a relevância da questão, gerando a necessidade de que todas as ADs sejam consultadas, para que a decisão sobre as formas futuras de ação, mesmo que eventualmente diferenciadas, possam ser tomadas pelo conjunto do movimento, garantido assim sua unidade;

**ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO
ENSINO SUPERIOR**

SEDE PROVISÓRIA: APUFSC - CAMPUS UNIVERSITÁRIO
TRINDADE - 88.000 — FLORIANÓPOLIS — S.C.
FONE (0482) 33-2844

3) a incerteza quanto a existência de outra oportunidade mais adequada, em função do desenrolar ainda imprevisível dos acontecimentos, para a discussão das questões relativas do 1º Congresso Nacional da ANDES, que poderia comprometer irremediavelmente sua preparação e organização,

decidiu a Diretoria:

1) Antecipar a realização do 3º CONAD para os dias 23/24/25 de outubro, em Brasília;

2) Propor como pauta dessa reunião:

① - Encaminhamento das lutas do movimento/ Campanha Salarial dos Docentes das Universidades Fed. Autárquicas.

② - Organização do 1º Congresso Nacional da ANDES.

A programação prevista é a seguinte:

SEXTA-FEIRA (23/10) MANHÃ : Credenciamento dos delegados
TARDE : Plenária de Abertura: Discussão e Organização de Pauta. Informes das Assembléias realizadas.
(início 14 hs)
NOITE : Reunião em grupos por setor para discussão do item 1.

SÁBADO (24/10) MANHÃ : Continuação das discussões do item 1
TARDE : Plenária item 1.

DOMINGO (25/10) MANHÃ : Reunião em grupos mistos para discussão do item 2
TARDE : Plenária item 2
Plenária final (moções).

O 3º CONAD será centralizado no seguinte local:

Sindicato dos Professores do Distrito Federal
End.: Setor Comercial Sul
Ed. Yara Medeiros (ao lado da Telebrasília)
TELEFONES: 2248960/ 2261366/ 2260405.

A organização da reunião está a cargo da ADUnB e da diretoria da ANDES. Os companheiros da ADUnB estão providenciando alojamento nas residências dos docentes. Os telefones para contato em Brasília são: Prof. Douglas (2481544) Prof. Leandro (2441743) Prof. Maurício (2720419) e Prof. Ibanhez (2730713). Pela Diretoria da ANDES o contato é em Goiânia com o Prof. Marco Antonio (261.1722).

É importante ressaltar que por decisão do

ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO
ENSINO SUPERIOR

SEDE PROVISÓRIA: APUFSC - CAMPUS UNIVERSITÁRIO
.TRINDADE - 88.000 — FLORIANÓPOLIS — S.C.
FONE (0482) 33-2844

3

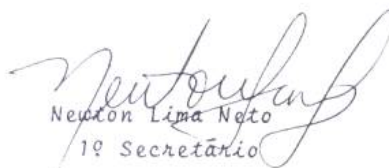
Congresso de Fundação da ANDES, ratificada no 2º CONAD, são poderão participar, com direito a voto no 3º CONAD, as ADs filiadas que:

- 1) Indicarem seu delegado em Assembléia, comprovando a indicação junto à Secretaria do CONAD.
- 2) Estiverem com a contribuição mensal regularizada junto à Tesouraria da ANDES (até o mês de setembro, inclusive).

OBS:- Os pagamentos atrasados poderão ser feitos no ato do credenciamento, na sede da secretaria do 3º CONAD, que funcionará no endereço acima indicado.

Sem mais para o momento, apresentamos as
nossas

SAUDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS


Newton Lima Neto
1º Secretário

Brasília, 23 de outubro de 1981

À
Secretaria do III CONAD
Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

Conforme foi votado em Assembléia Geral Extraordinária realizada pela ADUnB, em 14 de outubro de 1981, e registrado em ata por mim lavrada, o professor Sadi Dal Rosso, do departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, foi indicado delegado desta associação junto ao III CONAD, que se fará realizar em Brasília-DF, nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 1981.



Prof. Maurício Azeredo
1º Secretário da ADUnB

Brasília, 10 de novembro de 1981.

Prezado(a) Sr(a),

A Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) agradece a V.S^a o espaço concedido por sua instituição para as reuniões do III Conselho Nacional de Associações Docentes (III CONAD) nos dias 23, 24 e 25 de outubro p.p.

Atenciosamente,

Sadi Dal-Rosso

Organizador do III CONAD e
representante da Associação de Docentes
da UnB na ANDES.